



PREFEITURA DE SÃO JOAQUIM DA BARRA  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Praça Prof. Ivo Vannuchi, s/n – CEP: 14.600-000

**TERMO DE CONVÊNIO Nº 003/2023**  
**LEI Nº 1.431/2023**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.250/2023**

Pelo presente instrumento, o **Município de São Joaquim da Barra**, sediado na Praça Prof. Ivo Vannuchi, s/nº, inscrito no CNPJ/MF sob nº 59.851.543/0001-65, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Wagner José Schmidt, portador do RG nº 5.277.445-4 SSP/SP e do CPF nº 000.626.588-08, residente e domiciliado à Rua Porto Alegre nº 1637, Vila Conceição, nesta cidade, de ora em diante denominado **CONVENENTE** e de outro lado a **Santa Casa de Misericórdia de São Joaquim da Barra**, instituição beneficente estabelecida nesta cidade, na Rua Piratininga, 1221, CNPJ nº 59.849.182/0001-12, doravante denominada **CONVENIADA**, neste ato representada pelo Provedor, Senhor Antônio Luís Soares, brasileiro, casado, portador do RG nº 5.713.598-8-SSP/SP, inscrito perante o CPF sob o nº 550.823.868-91, residente e domiciliado nesta cidade, à Rua São Vicente de Paula, nº 755, tem justo e combinado entre si celebrar o presente Termo de Convênio, nos termos do § 1º do Art. 199 da Constituição Federal e conforme as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto:**

O presente termo tem por objeto, por parte do **CONVENENTE**, o repasse de recursos financeiros à **CONVENIADA**, e essa o fornecimento de médicos e demais profissionais operacionais necessários para atendimento dos pacientes usuários do SUS de São Joaquim da Barra nas unidades de saúde do município. Para atingir o objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir fielmente o Plano de Trabalho apresentado pela **CONVENIADA** e aprovado pelo **CONVENENTE** o qual, juntamente a seus anexos, passa a integrar este instrumento independentemente de transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA – Das Obrigações do CONVENENTE:**

- 1) apreciar e aprovar o Plano de Trabalho e demais procedimentos técnicos e operacionais necessários à implantação do mesmo;
- 2) repassar à **CONVENIADA** os recursos financeiros na Conta Corrente nº 30170-1, Agência 0873-7, Banco 001 – Banco do Brasil, obedecendo o Cronograma de Desembolso constante do Plano de Trabalho e observada a disponibilidade financeira e as normas legais pertinentes;
- 3) dar ciência a **CONVENIADA** dos procedimentos técnicos e operacionais que regem o presente Instrumento;





**PREFEITURA DE SÃO JOAQUIM DA BARRA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Praça Prof. Ivo Vannuchi, s/n – CEP: 14.600-000**

- 4) fiscalizar, orientar e acompanhar qualitativa e quantitativamente a aplicação dos recursos e o desenvolvimento das atividades correspondentes previstas no Plano de Trabalho, expedindo relatórios de execução do Convênio e, quando houver, de visita técnica *in loco* realizada durante a sua vigência;
- 5) divulgar em sítio oficial do **CONVENENTE** na internet as informações referentes aos repasses financeiros previstos no presente Convênio, inclusive os documentos relativos aos ajustes e às prestações de contas, nos termos da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;
- 6) estabelecer, oportunamente e mediante formalização em Ofício, critérios e prazos para eventual autorização, de forma fundamentada, de eventuais solicitações de prorrogação de prazo para aplicação dos recursos pela **CONVENIADA**, para que essa adote providências necessárias para o exato cumprimento das obrigações decorrentes deste Convênio, sem prejuízo da retenção das parcelas dos recursos financeiros, até o saneamento das impropriedades decorrentes e desde que atendidas às exigências do § 2º do art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
- 7) prorrogar, “de ofício”, a vigência deste instrumento, antes do seu término, quando o órgão da administração pública municipal tiver dado causa ao atraso na liberação dos recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado;
- 8) examinar e aprovar, pelo órgão gestor, as prestações de contas relativas ao objeto do presente instrumento na forma da legislação vigente;
- 9) comunicar ao Conselho Municipal de Saúde irregularidades verificadas e não sanadas pela **CONVENENTE** quanto à qualidade dos serviços prestados e quanto à aplicação dos recursos financeiros transferidos para os fins previstos;
- 10) expedir, a pedido dos interessados, declarações ou atestados de regularidade referente às comprovações apresentadas, ressalvado o julgamento do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme o disposto no inciso XVII do art. 2º da Lei Complementar Estadual N.º 709/93;
- 11) elaborar mensalmente, através do gestor, relatório governamental da análise da execução do convênio, demonstrando que a parceria permanece a melhor opção para a Administração Pública, utilizando como base comparativa os dados informados no Plano de Trabalho e no relatório mensal elaborado pela **CONVENIADA**;



**PREFEITURA DE SÃO JOAQUIM DA BARRA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Praça Prof. Ivo Vannuchi, s/n – CEP: 14.600-000**

- 12) elaborar, através do gestor, parecer conclusivo nos termos do art. 200 das Instruções N.º 01/2020 do TCE/SP, atualizadas pela Resolução N.º 23/2022 e observando eventuais novas e futuras alterações;
- 13) providenciar, através do gestor, o necessário para o envio ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, exclusivamente por meio digital ou diretamente via web, no prazo de 03 (três) dias úteis da ocorrência, conforme art. 37 da Lei Complementar Estadual N.º 709/93, a abertura de processo administrativo por descumprimento deste Convênio, informando as cláusulas descumpridas e eventuais medidas adotadas observando-se as disposições do art. 199 das Instruções N.º 01/2020 do TCE/SP, atualizadas pela Resolução N.º 23/2022, inclusive eventuais novas e futuras alterações;
- 14) comunicar ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, através do gestor ou qualquer responsável pela fiscalização deste Convênio, exclusivamente por meio digital ou diretamente via web, no prazo de 03 (três) dias úteis da ocorrência, conforme art. 37 da Lei Complementar Estadual N.º 709/93, qualquer irregularidade ou ilegalidade praticada pela **CONVENIADA** na utilização dos recursos ou bens vinculados a este instrumento, bem como o desfecho do respectivo procedimento administrativo instaurado para apurar irregularidade e demais providências adotadas, inclusive quanto à restituição de eventuais saldos de recursos e rendimentos de aplicação financeira observando-se as disposições do art. 199 das Instruções N.º 01/2020 do TCE/SP, atualizadas pela Resolução N.º 23/2022, inclusive eventuais novas e futuras alterações;
- 15) quando não houver consenso dos responsáveis pela fiscalização para a comunicação conjunta no caso tratado no item anterior (14), o membro dissidente deverá fazê-la individualmente, em qualquer das situações descritas e no mesmo prazo acima assinalado;
- 16) quando do encerramento deste Convênio por decurso do prazo de vigência, providenciar o necessário para o envio ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, através do gestor, exclusivamente por meio digital ou diretamente via web, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados do término do prazo estipulado para a **CONVENIADA** prestar contas do último ano-exercício, por meio de ofício assinado digitalmente, fazendo referência ao número do processo no referido Tribunal, quando houver, a comprovação do encerramento de todas as contas do Convênio finalizado, com comprovação da devida destinação dos saldos de recursos repassados, captados ou gerados em função de sua execução, para a **CONVENIENTE** ou para as contas do eventual novo convênio vinculado ao objeto.

**CLÁUSULA TERCEIRA – Das Obrigações da CONVENIADA:**





**PREFEITURA DE SÃO JOAQUIM DA BARRA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
Praça Prof. Ivo Vannuchi, s/n – CEP: 14.600-000

- 1) dar início à execução do objeto deste Convênio a partir da data de sua vigência, prevista na **CLÁUSULA QUARTA** do presente instrumento;
- 2) aplicar os recursos repassados pela **CONVENENTE** exatamente conforme o Plano de Trabalho integrante deste instrumento e prestar contas nos moldes previstos na **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** do presente instrumento;
- 3) não redistribuir, entre eventuais outras entidades, os recursos recebidos em decorrência do presente instrumento;
- 4) propiciar os meios e as condições necessárias para que o **CONVENENTE**, mediante seus órgãos de fiscalização interna (gestor e Controle Interno) e do Conselho Municipal da Saúde, assim como os órgãos de fiscalização externa, possam acompanhar, monitorar, fiscalizar e ter acesso aos documentos de execução do objeto deste instrumento, bem como prestar a estes as informações solicitadas a qualquer tempo e lugar;
- 5) manter recursos humanos e materiais adequados e compatíveis com o atendimento do Plano de Trabalho que se obriga a executar, com vistas ao alcance dos objetivos deste instrumento;
- 6) manter a contabilidade, os procedimentos contábeis e os registros estatísticos, bem como a relação nominal dos atendidos, atualizados e em boa ordem, sempre à disposição dos agentes públicos responsáveis pelo controle interno e externo e do Conselho Municipal de Saúde, de forma a garantir o acesso às informações da correta aplicação e utilização dos recursos financeiros recebidos, obedecendo sempre a escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- 7) arcar exclusiva e integralmente com quaisquer ônus de natureza trabalhista, previdenciária e/ou social, bem como com todos os ônus tributários, fiscais e extraordinários decorrentes da execução do presente instrumento;
- 8) manter regular e em dia, bem como fiscalizar a regularidade dos registros da **CONVENIADA** e de todos os profissionais que participarem da execução do objeto deste Convênio perante os conselhos profissionais pertinentes a cada atividade desempenhada;
- 9) elaborar, em até 10 (dez) dias úteis após o encerramento de cada quadrimestre do ano civil, relatório sobre a execução do Convênio no período, apresentando comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado de demonstrativo das receitas e despesas computadas por fontes de recurso e por categorias ou finalidades dos gastos no período, aplicadas no objeto deste instrumento, conforme modelo contido no Anexo RP-12 das Instruções N.º 01/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, atualizadas



**PREFEITURA DE SÃO JOAQUIM DA BARRA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Praça Prof. Ivo Vannuchi, s/n – CEP: 14.600-000**

pela Resolução N.º 23/2022 e observando eventuais novas atualizações publicadas pelo referido órgão de fiscalização, devendo ser devidamente assinado por seu representante legal;

10) elaborar relatório anual de execução de atividades, especificamente sobre a execução do objeto deste Convênio, contendo, ainda, comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados, assinado por seu representante legal;

11) elaborar e fornecer conciliação bancária do mês de dezembro ou do último mês de vigência do convênio, da conta corrente específica para movimentação dos recursos, indicada na **CLÁUSULA SEGUNDA, ITEM 2**, acompanhada dos respectivos extratos da conta corrente e de aplicações financeiras de todo o período;

12) fornecer, anualmente, publicação de suas demonstrações contábeis, compreendendo os exercícios encerrado e anterior, incluindo balanço e demais demonstrações contábeis e financeiras e respectivas notas explicativas, acompanhadas do balancete analítico acumulado do exercício e de certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade – CRC, comprovando a habilitação profissional do(a)s responsável(is) por balanços e demonstrações contábeis e observando a CPC N.º 26, especialmente o contido nos artigos 38 e 38A;

13) na hipótese de aquisição de bens móveis e/ou imóveis com os recursos recebidos em decorrência do presente Convênio, apresentar prova do respectivo registro contábil, patrimonial e imobiliário da circunscrição, conforme o caso;

14) apresentar, ao final do ajuste, comprovante da devolução de eventuais recursos não aplicados.

#### **CLÁUSULA QUARTA – Da Vigência**

O presente Convênio terá vigência por 12 (doze) meses, especificamente no período de 16/09/2023 a 16/09/2024.

#### **CLÁUSULA QUINTA – Da Prorrogação e da Alteração**

Este Convênio poderá ser prorrogado e/ou alterado e/ou complementado por meio de Termo Aditivo, de comum acordo entre as partes, desde que não haja mudança do objeto, devendo a **CONVENIADA** apresentar, na oportunidade, novo Plano de Trabalho e providenciar os seguintes documentos, que deverão compor o respectivo processo administrativo no qual o assunto será tratado:



**PREFEITURA DE SÃO JOAQUIM DA BARRA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Praça Prof. Ivo Vannuchi, s/n – CEP: 14.600-000**

- 1) autorização prévia do Prefeito;
- 2) justificativas sobre as alterações ocorridas;
- 3) memória de cálculo contendo metas, quantidades e custos detalhados e cronograma atualizado, quando cabíveis;
- 4) parecer jurídico;
- 5) publicação na imprensa oficial do extrato do termo;
- 6) nota(s) de empenho vinculada(s) ao termo, quando for o caso; e
- 7) Termo de Ciência e de Notificação (Anexo RP-11 das Instruções N.º 01/2020, atualizadas pela Resolução N.º 23/2022 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, observadas eventuais novas e futuras atualizações), caso haja alteração das partes que assinaram o ajuste inicial.

**Parágrafo Primeiro:** Referida documentação deverá ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, através do gestor, para fins de cadastramento em processo eletrônico, no prazo de 05 (cinco) dias úteis de sua assinatura, exclusivamente por meio digital ou diretamente via web, com autuação específica em processo dependente aos autos que tratam do ajuste inicial, observando-se a formatação prevista nas disposições atinentes ao e-TCESP, devendo estar acompanhados de ofício assinado digitalmente pelo gestor.

**Parágrafo Segundo:** Os termos aditivos, modificativos ou complementares e os distratos referentes ao presente Convênio, bem como a documentação especificada no parágrafo anterior, deverão permanecer nas sedes das partes, à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, por 05 (cinco) anos contados a partir do término da vigência dos mesmos.

**Parágrafo Terceiro:** Na hipótese de prorrogação, após executados 12 (doze) meses do objeto deste instrumento, poderá incidir reajuste com base no índice oficial IPCA sobre os valores previstos no Plano de Trabalho integrante do Convênio. O índice IPCA pode ser diminuído ou não aplicado por acordo entre as partes.

#### **CLÁUSULA SEXTA - Dos Recursos**

Para a consecução dos objetivos previstos na **CLÁUSULA PRIMEIRA** deste instrumento serão alocados recursos Orçamentários e Financeiros no valor de total estimado de até **R\$ 6.780.990,00 (seis milhões setecentos e oitenta mil novecentos e noventa reais)**, a depender da demanda solicitada de acordo com o Plano de Trabalho.



PREFEITURA DE SÃO JOAQUIM DA BARRA  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Praça Prof. Ivo Vannuchi, s/n – CEP: 14.600-000

### **CLÁUSULA SÉTIMA - Da Liberação dos Recursos**

Os recursos previstos na cláusula anterior serão transferidos, em conformidade com **Lei Municipal nº 1.431, de 13 de Setembro de 2023, em 12 (doze) parcelas**, nos valores definidos conforme Plano de Trabalho integrante do presente Convênio, aprovado pelo gestor e discriminados no cronograma de desembolso e aplicação, podendo eventualmente variar conforme necessidade a ser definida formalmente entre as partes, ocorrendo mediante depósito na conta corrente indicada na **CLÁUSULA SEGUNDA, Item 2** deste instrumento, observando-se o § 3º do artigo 116 da Lei Federal N.º 8666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

**Parágrafo Único:** As parcelas do convênio serão liberadas em conformidade com o plano de aplicação aprovado, exceto nos casos a seguir, em que as mesmas ficarão retidas até o saneamento das impropriedades ocorrentes:

- 1) nos casos previstos no **Parágrafo Quinto da CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA;**
- 2) quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento as etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais de Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do Convênio, ou o inadimplemento da **CONVENIADA** com relação a outras cláusulas convencionais básicas;
- 3) quando a **CONVENIADA** deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pela **CONVENENTE** ou por integrantes do sistema de Controle Interno.

### **CLÁUSULA OITAVA – Da dotação orçamentária**

Os recursos financeiros destinados ao custeio do objeto deste Convênio correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

020401 Fundo Municipal de Saúde  
Funcional: 10 301 0023.2038.0000 Manutenção da Saúde – Atenção Básica 15%  
Cat. Econ.: 3.3.50.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica  
Cód. Aplicação: 310 000 Saúde Geral Fonte de recurso: 0 01 00  
Ficha 232

### **CLÁUSULA NONA – Da Utilização dos Recursos**

A **CONVENIADA** deverá aplicar fielmente os recursos pactuados em conformidade com o Plano de Trabalho anexo, cumprindo as cláusulas deste instrumento e legislação vigente.



PREFEITURA DE SÃO JOAQUIM DA BARRA  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Praça Prof. Ivo Vannuchi, s/n – CEP: 14.600-000

**Parágrafo Primeiro:** Os recursos repassados pela **CONVENENTE**, enquanto não empregados na sua finalidade, serão necessariamente aplicados, conforme dispõe o artigo 116, parágrafo 4º da Lei Federal N.º 8.666/1993;

**Parágrafo Segundo:** Os rendimentos apurados em aplicações no mercado financeiro serão, obrigatoriamente, utilizados na execução do objeto do presente instrumento, sujeitos às mesmas condições de prestação de contas previstas na **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA**.

**Parágrafo Terceiro:** É vedada a utilização dos recursos provenientes deste instrumento, sob pena de rescisão e imediata prestação de contas, a saber:

- 1) em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho integrante deste Convênio, ainda que em caráter de emergência;
- 2) no pagamento de despesas efetuadas em data anterior ou posterior ao período de vigência do presente termo;
- 3) na realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referente a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo;
- 4) na realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar, lucros, *superávits*, dividendos ou de qualquer natureza semelhante;
- 5) pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado público integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da Administração Direta ou Indireta, nem a membros da diretoria da instituição;
- 6) na realização de despesas com publicidade que não estejam previstas no Plano de Trabalho e, ainda que estejam, que não sejam de caráter educativo, nem informativo ou de orientação social e/ou nas quais constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades, de servidores públicos e/ou de outras pessoas físicas.

**CLÁUSULA DÉCIMA – Do Controle e da Fiscalização**

O controle e a fiscalização da execução do presente ajuste ficarão sob encargo do Departamento Municipal de Saúde e do Conselho Municipal de Saúde, tendo como **gestor do presente Termo de Convênio o Sr. Dr. José Eduardo de Castro**, Diretor do Departamento Municipal de Saúde de São Joaquim da Barra.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Execução**





**PREFEITURA DE SÃO JOAQUIM DA BARRA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Praça Prof. Ivo Vannuchi, s/n – CEP: 14.600-000**

As notas fiscais e excepcionais outros documentos comprobatórios das despesas, tais como faturas, recibos e outros, deverão ser emitidas em nome da **CONVENIADA** e os pagamentos feitos através de transferência/depósito bancário proveniente da conta bancária indicada na **CLÁUSULA SEGUNDA, Item 2** deste instrumento diretamente na conta do favorecido, com eventuais exceções dos casos de rateio de despesas, as quais deverá ser necessariamente previstas e justificadas no Plano de Trabalho, quando será autorizado o pagamento de conta bancária diversa da indicada, desde que também seja de titularidade da **CONVENIADA**.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da Denúncia e da Rescisão**

Este instrumento poderá ser denunciado, por escrito, a qualquer tempo e rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou de fato que o torne material ou formalmente inexecutável, imputando-se às partes as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha tido vigência e creditando-lhes os benefícios adquiridos no mesmo período.

**Parágrafo Primeiro.** Constitui motivo para rescisão deste instrumento a inexecução total ou parcial de quaisquer de suas cláusulas e condições ou pela superveniência de norma legal ou evento que o torne material ou formalmente inexecutável, especialmente quando constatadas as seguintes situações:

- 1) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- 2) falta de apresentação das prestações de contas parciais e final, na forma e nos prazos estabelecidos neste instrumento e em demais atos normativos aplicáveis ao caso.

**Parágrafo Segundo.** A rescisão do Convênio na forma do parágrafo anterior enseja a instauração da competente tomada de contas para verificação dos atos praticados.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Da Restituição dos Recursos**

Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, da rescisão ou da extinção deste instrumento, a **CONVENIADA**, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da ocorrência do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, é obrigado a recolher à conta do **CONVENENTE**, por meio da Guia de Recolhimento do Município:



PREFEITURA DE SÃO JOAQUIM DA BARRA  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Praça Prof. Ivo Vannuchi, s/n – CEP: 14.600-000

- 1) o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros repassados, informando o número e a data do Instrumento;
- 2) o valor total transferido atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Municipal e devidamente atualizados, a partir da data de recebimento, nos seguintes casos:
  - a) quando não for executado o objeto da avença;
  - b) quando não for apresentada, no prazo exigido, as prestações de contas parciais e final;
  - c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste instrumento;
  - d) quando o valor correspondente às despesas for comprovado com documentos inidôneos ou impugnado;
  - e) quando não for aplicado e/ou comprovado o emprego de valor repassado, enquanto não utilizado, deverá ser devolvido o valor correspondente aos rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua efetiva utilização;

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Da Prestação de Contas**

A Prestação de Contas deverá ocorrer em periodicidade mensal, a partir do primeiro mês da vigência, devendo ser entregue mediante Ofício de encaminhamento, assinado pelo representante legal, diretamente no órgão gestor todo dia 10 (dez) do mês subsequente ao prestado, compreendendo o período entre o dia 15 (quinze) do mês a ser prestado e o dia 15 (quinze) do mês seguinte, contendo a seguinte documentação, devidamente datada e assinada pelo responsável pela **CONVENIADA**:

- 1) relação de pagamentos efetuados, acompanhados de notas fiscais e demais documentos comprobatórios das despesas (produtos e/ou serviços), que deverão ser emitidos pelos respectivos fornecedores **com indicação no conteúdo original dos documentos, inclusive nota fiscal eletrônica, da identificação do órgão público conveniente, do número do convênio e os demais elementos identificadores, não sendo admitida a inserção dessas informações após a emissão do respectivo documento;**
- 2) holerites de profissionais celetistas eventualmente participantes na execução do objeto deste Convênio, acompanhados de controles de jornada, comprovante de recolhimentos de encargos previdenciários, fiscais e/ou sociais e de registro;
- 3) em caso de profissionais e/ou prestadores de serviços compartilhados entre as atividades exclusivas da **CONVENIADA** e a execução do presente Convênio, as respectivas despesas deverão vir acompanhadas de justificativas, esclarecimentos e indicações do rateio proporcional de despesas;



**PREFEITURA DE SÃO JOAQUIM DA BARRA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Praça Prof. Ivo Vannuchi, s/n – CEP: 14.600-000**

- 4) escalas com controle de horário dos profissionais médicos e demais profissionais operacionais participantes da execução do objeto deste Convênio, devidamente assinada pelos próprios profissionais e pelos responsáveis pela fiscalização por parte da **CONVENIADA**, revelando fielmente o horário de trabalho despendido, não sendo aceito o registro genérico ou “britânico”;
- 5) relatório mensal das atividades desenvolvidas e da aplicação dos recursos financeiros recebidos, com comparação quantitativa e qualitativa das metas propostas no Plano de Trabalho, especialmente dos atendimentos realizados no período para cada especialidade médica prevista;
- 6) relação nominal dos atendidos, separados por cada especialidade médica prevista;
- 7) relatório de execução físico-financeira;
- 8) extrato da conta bancária específica relativo ao período compreendido na prestação de contas mensal, acompanhado da conciliação bancária;
- 9) comprovante de recolhimento dos recursos não utilizados na forma pactuada;
- 10) demonstrativo de rendimentos;
- 11) declaração de guarda e conservação dos documentos contábeis;
- 12) comprovantes de inscrição e regularidade da **CONVENIADA** (CNPJ) e de todos os profissionais (CPF's) que participarem da execução do objeto deste Convênio perante os conselhos profissionais pertinentes;
- 14) declaração de que a **CONVENIADA** não está impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria com órgãos públicos;
- 15) certidões de apenados no CNPJ da **CONVENIADA** e no CPF de seu responsável legal, a serem obtidas no site do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;
- 16) declaração de que o Estatuto Social e quadro dirigente permanece o mesmo da data de celebração do convênio e, em caso de alteração, deverá ser apresentada a Ata de Assembleia, alteração do Estatuto Social, devidamente registrados em cartório, bem como declaração nominal atualizada dos integrantes da Diretoria Executiva, Conselho Administrativo e Conselho Fiscal da Santa Casa, contendo: nome, CPF, telefone, grau de escolaridade e área de formação no caso de ensino técnico/superior e período de atuação;

ANTONIO  
JO LUIS  
SOARES  
S:55082  
389991



**PREFEITURA DE SÃO JOAQUIM DA BARRA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Praça Prof. Ivo Vannuchi, s/n – CEP: 14.600-000**

- 17) declaração informando se houve, no período, remuneração para os dirigentes da **CONVENIADA** que atuaram na gestão executiva do Convênio;
- 18) declaração informando se houve, no período, remuneração e/ou ajuda de custo para os membros dos Conselhos da **CONVENIADA**;
- 19) declaração acerca da existência ou não, no quadro diretivo da **CONVENIADA**, de agentes políticos de Poder, de membros do Ministério Público ou de dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;
- 20) declaração informando se houve, no período, contratação de empresa(s) pertencente(s) a dirigentes da **CONVENIADA**, de agentes políticos de Poder, membros do Ministério Público ou dirigentes de órgão ou entidade da **CONVENIENTE**, bem como de seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;
- 21) Certidão Negativa de Débitos Federais;
- 22) Certidões Negativas de Débitos Estaduais;
- 23) Certidão Negativa de Débitos Municipais;
- 24) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF/FGTS;
- 25) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 26) declaração de que não empregou, no período, menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e de qualquer forma menores de 16 (dezesesseis) anos, com exceção dos casos de menor aprendiz (a partir de 14 anos), nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- 27) declaração de que estão sendo cumpridos todos os dispositivos legais relativos à transparência de seus atos, possuindo todos os mecanismos necessários ao completo atendimento da Lei Federal N.º 12.527/2011 e do Comunicado SDG N.º 016/2018 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, indicando expressamente o endereço de sua página eletrônica (site);
- 28) comprovante de atualização cadastral do responsável legal pela **CONVENIADA** perante o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, mantendo atualizados, durante toda a vigência do Convênio, os dados constantes do campo “órgão/entidade” do “Cadastro Corporativo TCE/SP – CadTCE/SP”, disponível no Portal de Sistemas do TCE/SP.



PREFEITURA DE SÃO JOAQUIM DA BARRA  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Praça Prof. Ivo Vannuchi, s/n – CEP: 14.600-000

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Ao término do prazo do Convênio, a **CONVENIADA** deverá elaborar relatório final, além dos relatórios mensais conforme previsto na presente cláusula, no qual deverá constar a seguinte documentação:

- 1) Ofício de encaminhamento ao Executivo Municipal;
- 2) cópia do Termo de Convênio e eventuais Termos Aditivos, com a indicação da data de publicação;
- 3) cópia do Plano de Trabalho anexo ao Termo de Convênio e eventuais alterações;
- 4) Demonstrativo global da Execução das Receitas e Despesas, evidenciando os recursos recebidos em transferências e os rendimentos auferidos da aplicação dos recursos no mercado financeiro, quando for o caso, bem como os saldos;
- 5) extratos do período do recebimento da 1ª até a última parcela e conciliação bancária;

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** As despesas serão comprovadas mediante documentos originais fiscais ou, excepcionalmente, documentos equivalentes, devendo faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios ser emitidos em nome da **CONVENIADA** e devidamente identificados com referência ao título e ao número deste instrumento e serão mantidos em arquivo, em boa ordem à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 05 (cinco) anos contados da aprovação da prestação ou tomada de contas final, pelo gestor do órgão **CONVENENTE**.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O órgão gestor terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento, para apreciar a prestação de contas final, devendo examina-las e emitir conclusivo, nos termos do art. 200 das Instruções N.º 01/2020, atualizadas pela Resolução N.º 23/2022, do TCE/SP, observando eventuais novas e futuras alterações.

**PARÁGRAFO QUARTO:** No caso de irregularidades na comprovação apresentada ou na ausência da prestação de contas mensal ou final, a **CONVENENTE** exigirá da **CONVENIADA**, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da notificação e prorrogável por igual período, se necessário e mediante justificativa, o saneamento da prestação de contas ou seu encaminhamento.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Decorrido o prazo previsto no parágrafo anterior, sem a devida regularização por parte da **CONVENIADA**, a **CONVENENTE** suspenderá, por iniciativa própria, novos repasses à inadimplente, exigindo a devolução de eventual numerário, com os devidos acréscimos legais.



**PREFEITURA DE SÃO JOAQUIM DA BARRA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Praça Prof. Ivo Vannuchi, s/n – CEP: 14.600-000**

**PARÁGRAFO SEXTO:** Esgotadas as providências dos parágrafos quarto e quinto da presente cláusula, sem saneamento da(s) irregularidade(s), a **CONVENENTE**, na pessoa de seu gestor, comunicará a ocorrência ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, conforme artigo 37 da Lei Complementar Estadual N.º 709/93, por meio de ofício assinado digitalmente, fazendo referência ao número do processo no Tribunal, se houver, acompanhado de cópia da documentação relativa às providências adotadas pelas partes, observando-se as disposições do art. 199 das Instruções N.º 01/2020, atualizadas pela Resolução N.º 23/2022, do TCE/SP, inclusive eventuais novas e futuras alterações.

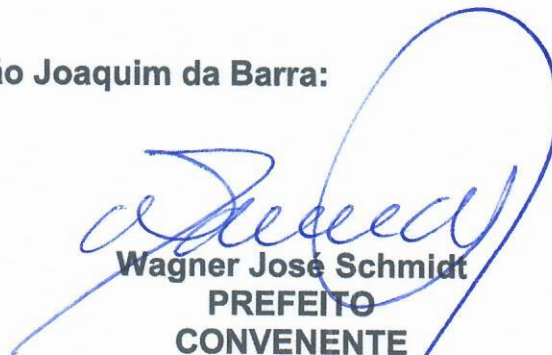
**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Do Foro**

As partes elegem o Foro São Joaquim da Barra/SP para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes do presente Instrumento, que não possam ser resolvidas administrativamente.

E, por estarem plenamente de acordo, as partes firmam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo indicadas, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se ao fiel cumprimento de suas disposições.

**SÃO JOAQUIM DA BARRA/SP, 15 de Setembro de 2023.**

**Pela Prefeitura de São Joaquim da Barra:**

  
**Wagner José Schmidt**  
**PREFEITO**  
**CONVENENTE**

**Pela Santa Casa de Misericórdia de São Joaquim da Barra:**

**ANTONIO LUIS**  
**SOARES:5508**  
**2386891**

Assinado digitalmente por ANTONIO LUIS  
SOARES:55082386891  
ND: C=BR, O=CP-Brasil, OU=Secretaria da Receita  
Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=AC  
VALID RFB V5, OU=AR MACSEG CERTIFICACAO  
DIGITAL, OU=Presencial, OU=22655662000132, CN  
=ANTONIO LUIS SOARES:55082386891  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2023.09.16 13:22:41-03'00'  
Foxit PDF Reader Versão: 12.1.2

**Sr. ANTÔNIO LUÍS SOARES**  
**PROVEDOR**  
**CONVENIADA**






PREFEITURA DE SÃO JOAQUIM DA BARRA  
ESTADO DE SÃO PAULO  
Praça Prof. Ivo Vannuchi, s/n – CEP: 14.600-000

**TESTEMUNHAS:**

  
NOME \_\_\_\_\_  
JOSÉ EDUARDO DE CASTRO  
CPF n.º 057.615.778-36

  
CARLOS HENRIQUE BARBOSA DE SOUZA  
CPF n.º 141.180.298-55





**PREFEITURA DE SÃO JOAQUIM DA BARRA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Praça Prof. Ivo Vannuchi, s/n – CEP: 14.600-000**

**ANEXO RP - 11 - REPASSES AO TERCEIRO SETOR - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO - TERMO DE CONVÊNIO**

**ÓRGÃO PÚBLICO:** PREFEITURA DE SÃO JOAQUIM DA BARRA.

**CONVENIADA:** SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO JOAQUIM DA BARRA.

**TERMO DE CONVÊNIO:** N° 003/2023.

**OBJETO:** POR PARTE DO **CONVENIENTE**, O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS À **CONVENIADA** E ESTA O FORNECIMENTO DE MÉDICOS E EVENTUAIS PROFISSIONAIS OPERACIONAIS PARA ATENDIMENTO AOS PACIENTES USUÁRIOS DO SUS, DE SÃO JOAQUIM DA BARRA.

**VALOR TOTAL MÁXIMO DO AJUSTE:** R\$ 6.780.990,00

**EXERCÍCIO:** 2023

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

a) o ajuste acima referido e seus aditamentos / o processo de prestação de contas, estará(ão) sujeito(s) a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraíndo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais do(s) responsável(is) pelo órgão concessor, entidade beneficiária e interessados, estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**







**PREFEITURA DE SÃO JOAQUIM DA BARRA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Praça Prof. Ivo Vannuchi, s/n – CEP: 14.600-000**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**SÃO JOAQUIM DA BARRA/SP, 15 DE SETEMBRO DE 2023.**

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO PÚBLICO CONVENENTE:**

Nome: Wagner José Schmidt  
Cargo: Prefeito de São Joaquim da Barra  
CPF: 000.626.588-08

**ORDENADOR DE DESPESA DO ÓRGÃO PÚBLICO CONVENENTE:**

Nome: Wagner José Schmidt  
Cargo: Prefeito de São Joaquim da Barra  
CPF: 000.626.588-08

**AUTORIDADE MÁXIMA DA ENTIDADE BENEFICIÁRIA:**

Nome: Antonio Luis Soares  
Cargo: Provedor  
CPF: 550.823.868-91

**Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou Parecer Conclusivo:**

**PELO ÓRGÃO PÚBLICO CONVENENTE:**

Nome: Wagner José Schmidt  
Cargo: Prefeito de São Joaquim da Barra  
CPF: 000.626.588-08  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou prestação de contas:**

**PELA ENTIDADE CONVENIADA:**

Nome: Antonio Luis Soares  
Cargo: Provedor  
CPF: 550.823.868-91  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**ANTONIO LUIS  
SOARES:550823  
86891**

Assinado digitalmente por ANTONIO LUIS  
SOARES:55082386891  
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do  
Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=AC VALID RFB VLS, OU=  
AR MACSEGO CERTIFICACAO DIGITAL, OU=Presencial, OU=  
22865992000712, CN=ANTONIO LUIS SOARES:55082386891  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2023.09.15 13:22:15-03'00"  
Foxit PDF Reader Versão: 12.1.2



**Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**2º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº003/2023.**

Pelo presente instrumento, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM DA BARRA**, doravante designado simplesmente **CONVENIENTE**, e de outro lado a **SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SÃO JOAQUIM DA BARRA**, doravante designada simplesmente **CONVENIADA**, ambas já qualificadas no **Termo de Convênio nº 003/2023**, convencionam o que adiante segue:

Considerando:

**1º** Que conforme **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**, do Termo de Convênio n.º 003/2023, *“O presente termo de convênio tem por objeto, por parte do conveniente, o repasse de recursos financeiros a conveniada, e essa o fornecimento de médicos, e demais profissionais operacionais, necessários para o atendimento dos pacientes usuários do SUS de São Joaquim da Barra, nas unidades de saúde. Para atingir o objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir fielmente o plano de trabalho apresentado, pela Conveniada e aprovado pela Conveniente o qual, juntamente a seus anexos, passam a integrar este instrumento independentemente de transcrição.*

**2º** Que conforme **CLAUSULA QUINTA – DA PRORROGAÇÃO E DA ALTERAÇÃO**, *“este convênio poderá ser prorrogado, e/ou alterado e/ou complementado por meio de Termo Aditivo, de comum acordo entre as partes, desde que não haja mudança do objeto, devendo a Conveniada apresentar novo Plano de Trabalho...”.*

**3º** Que conforme **CLAUSULA SEXTA – DOS RECURSOS**, *“para consecução dos objetivos previstos na Clausula Primeira, deste instrumento, serão alocados recursos Orçamentários e Financeiros no valor total estimado de até R\$ 6.780.990,00, ( seis milhões setecentos e oitenta mil novecentos e noventa reais) a depender da demanda solicitada de acordo com o Plano de Trabalho.”*

**4º** Que conforme informações constantes do Processo Administrativo nº 2193/2024, tendo sido verificada pelo Departamento Municipal de Saúde a continuidade da demanda de serviços médicos nas unidades de saúde do município e havendo saldo de horas e valores após a finalização da vigência/execução do período previsto no instrumento inicial, há necessidade de novo aditivo para prorrogar a vigência de 16 de setembro de 2024 à 15 de setembro de 2025, e adequar o Plano de Trabalho para o novo período, com previsão de demanda anual de serviços médicos no valor máximo de R\$ 4.136.260,00 (quatro milhões cento e trinta e seis mil duzentos e sessenta reais).

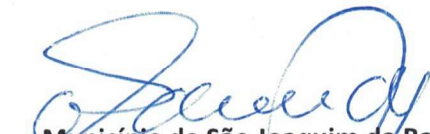
**Parágrafo único.** A adequação do Plano de Trabalho se trata tão somente da indicação da quantidade de horas e valores a serem desembolsados durante o novo período de vigência, considerando o saldo remanescente do período previsto no instrumento inicial, mantendo-se os valores das horas inicialmente previstas para cada especialidade médica e os demais termos conveniados.

Desta forma, em comum acordo e dado o evidente interesse público, pactuam o 2º Termo Aditivo ao Convênio N.º 003/2023 de acordo com as cláusulas acima, mantendo-se inalteradas as demais cláusulas inicialmente pactuadas e as previstas no 1º Aditivo que não foram alteradas/mencionadas neste termo, firmando as partes o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo indicadas, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se ao fiel cumprimento de suas disposições.



**Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra**  
ESTADO DE SÃO PAULO

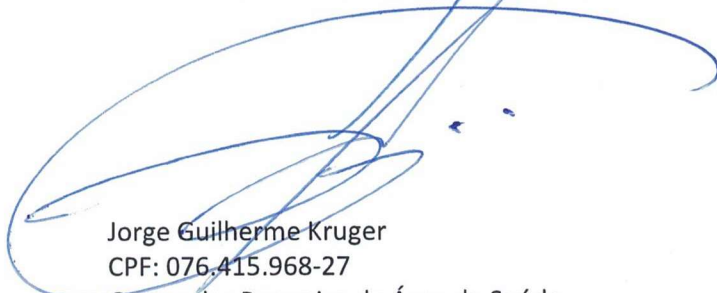
São Joaquim da Barra (SP), 16 de setembro de 2024.

  
**Município de São Joaquim da Barra**  
**Wagner José Schmidt**  
**Prefeito de São Joaquim da Barra**

**ANTONIO LUIS**  
**SOARES:5508238689**  
**1**


Digitally signed by ANTONIO LUIS SOARES:5508238689  
DN: C=BR, OU=Presencial, OU=33974005000174, OU=AC  
Syngiant/D Multiple, O=ICP-Brasil, CN=ANTONIO LUIS  
SOARES:55082386891  
Reason: I am the author of this document  
Location:  
Date: 2024.09.16 16:50:44-03'00'  
Foxit PDF Reader Version: 2023.3.0

**Santa Casa de Misericórdia de São Joaquim da Barra**  
**Antônio Luís Soares**  
**Provedor**

  
Jorge Guilherme Kruger  
CPF: 076.415.968-27  
Gestor das Parcerias da Área da Saúde

Testemunhas:

  
Nome: Debora Cristina Inhami Zulato  
CPF: 368.507.968-95

  
Nome: Carlos Henrique Barbosa Souza  
CPF: 141.180.298-55



**Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**ANEXO RP- 11 - REPASSES AO TERCEIRO SETOR**  
**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO – TERMO ADITIVO**

**ÓRGÃO PÚBLICO CONVENIENTE:** PREFEITURA DE SÃO JOAQUIM DA BARRA.

**ENTIDADE CONVENIADA:** SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SÃO JOAQUIM DA BARRA

**2º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 003/2023**

**OBJETO:** POR PARTE DA CONVENIENTE, O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS A CONVENIADA, E ESSA O FORNECIMENTO DE MÉDICOS, E DEMAIS PROFISSIONAIS OPERACIONAIS, NECESSÁRIOS PARA O ATENDIMENTO DOS PACIENTES USUÁRIOS DO SUS DE SÃO JOAQUIM DA BARRA, NAS UNIDADES DE SAÚDE.

**VALOR DO AJUSTE/VALOR REPASSADO (1):** R\$ 4.136.260,00

**EXERCÍCIO (1):** 2024

**ADVOGADO(S)/ Nº OAB/ E - MAIL: (\*)** \_\_\_\_\_

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a) o ajuste acima referido e seus aditamentos, bem como os processos das respectivas prestações de contas, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais do(s) responsável(is) pelo órgão público conveniente e entidade conveniada, bem como dos interessados, estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s).

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber;
- c) Este termo corresponde à situação prevista no inciso II do artigo 30 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, em que, se houver débito, determinando a notificação do responsável para, no prazo estabelecido no Regimento Interno, apresentar defesa ou recolher a importância devida;
- d) A notificação pessoal só ocorrerá caso a defesa apresentada seja rejeitada, mantida a determinação de recolhimento, conforme §1º do artigo 30 da citada Lei.

**SÃO JOAQUIM DA BARRA/SP, 16 DE SETEMBRO DE 2024.**

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO PÚBLICO CONVENIENTE:**

Nome: Wagner José Schmidt

Cargo: Prefeito de São Joaquim da Barra

CPF: 000.626.588-08

**ORDENADOR DE DESPESA DO ÓRGÃO PÚBLICO CONVENIENTE:**

Nome: Wagner José Schmidt

Cargo: Prefeito de São Joaquim da Barra

CPF: 000.626.588-08

Assinatura: \_\_\_\_\_

**AUTORIDADE MÁXIMA DA ENTIDADE BENEFICIÁRIA:**

Nome: Antônio Luís Soares

Cargo: Provedor

CPF: 550.823.868-91

**Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou Parecer Conclusivo:**

**PELO ÓRGÃO PÚBLICO CONVENIENTE - AJUSTE:**

Nome: Wagner José Schmidt

Cargo: Prefeito de São Joaquim da Barra

CPF: 000.626.588-08

Assinatura: \_\_\_\_\_



**Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**PELO ÓRGÃO PÚBLICO CONVENIENTE - PARECER CONCLUSIVO:**

Nome: Jorge Guilherme Kruger  
Cargo: Diretor do Departamento Municipal de Saúde - Gestor  
CPF: 076.415.968-27  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou prestação de contas:**

**PELA ENTIDADE CONVENIADA:**

Nome: Antônio Luís Soares

Cargo: Provedor

CPF: 550.823.868-91

Assinatura: \_\_\_\_\_

ANTONIO LUIS  
SOARES:55082386891

Digitially signed by ANTONIO LUIS SOARES:55082386891  
DN: cn=BR, ou=Presencial, ou=33874005000174, ou=AC SyngularID  
/brasil, ou=ICP-Brasil, cn=ANTONIO LUIS SOARES:55082386891  
Reason: I am the author of this document  
Location:  
Date: 2024.09.16 16:51:36-03'00'  
File PDF Reader Version: 2023.3.0

- (1) Valor repassado e exercício, quando se tratar de processo de prestação de contas.
- (2) Facultativo. Indicar quando já constituído.



Registrada no Serviço Social de Medicina do Estado como Instituição Filantrópica sob nº 1.044. No Conselho Nacional de Serviço Social do MEC sob nº 99.902

Santa Casa de Misericórdia de São Joaquim da Barra

CNPJ 59.849.182/0001-12 – Insc. Est. Isenta  
Rua Piratininga n.º 1221 – Caixa Postal, 03  
Fone: PABX (16) 3810-4000

**14.600.000 – São Joaquim da Barra - SP**

Registro ANS – 34509-1

Declarada de Utilidade Pública Estadual Lei de 21/12/1971. Declarada de Utilidade Pública Municipal Lei N.º 236 de 21/08/1956 CEAS 745 CAH 784.

## PLANO DE TRABALHO

### 2º ADITIVO AO CONVÊNIO N.º 003/2023

Considerando o Ofício Especial do Departamento Municipal de Saúde recebido em 12/09/2024, informando a existência de saldo remanescente e o interesse em prorrogar o Convênio N.º 003/2023, celebrado em 15 de setembro de 2023, a Santa Casa de Misericórdia de São Joaquim da Barra vem apresentar adequação do Plano de Trabalho para o novo período de vigência, especificamente em relação às especialidades médicas conveniadas e considerando as necessidades informadas pela Prefeitura Municipal, ressaltando que a realidade objeto do Convênio (item I do Plano de Trabalho inicial); a forma de execução dos atendimentos e do cumprimento das metas (item III do Plano de Trabalho inicial); os parâmetros, indicadores e documentos a serem utilizados para aferição do cumprimento das metas (item IV do Plano de Trabalho inicial) e o previsto no item VI do Plano de Trabalho inicial quanto ao demonstrativo de custos **não serão alterados**, sendo necessária a adequação, tão somente, das metas (item II) e dos valores a serem repassados (Cronograma de Desembolso – Item V e Anexos I e II), assim como a ratificação da Declaração constante do Item VII, conforme passa a expor:

#### II – Das metas

Baseando-se na quantidade de horas, de profissionais e tipos de especialidades demandados pela Prefeitura Municipal, as metas a serem atingidas no novo período de vigência são:

| Especialidade/<br>local de<br>atendimento | Nº de<br>Profissionais<br>até | Carga<br>horária<br>por dia<br>até | Quantidade<br>de semanas<br>por ano até /<br>Quantidade<br>de dias por<br>semana até | Horas<br>mensais<br>por profissio<br>nal até | Total de<br>horas<br>mensais de<br>até | Total de<br>saldo de<br>horas por<br>especialidad<br>e até |
|---|-------------------------------|------------------------------------|--|--|--|--|
| Plantonista UPA                           | 04                            | 12<br>horas                        | 52 / 7   | 364<br>horas                                 | 1.456                                  | 5.837.5  |
| Pediatra                                  | 02                            | 2 horas                            | 57 / 5   | 50 horas                                     | 100                                    | 5.236  |
| Psiquiatra                                | 03                            | 2 horas                            | 57 / 5   | 50 horas                                     | 150                                    | 6.701  |
| Ginecologista                             | 01                            | 2 horas                            | 57 / 5   | 50 horas                                     | 100                                    | 2.670  |

As atividades a serem executadas consistem tão somente nos atendimentos médicos aos usuários do SUS pelas especialidades profissionais discriminadas na tabela acima diretamente nas unidades de saúde do município, ressaltando que todos os indicativos acima tratam-se de estimativas baseadas na necessidade da Prefeitura Municipal, de acordo com as solicitações feitas por Ofício e com o saldo de horas e valores do instrumento inicial.

#### V- Dos valores a serem repassados – Cronograma de desembolso

De acordo com a estimativa de horas e quantidade de profissionais e tipos de especialidades demandados pela Prefeitura Municipal, os valores a serem pagos para cada hora médica prestada e o cronograma de desembolso contendo a estimativa máxima dos valores a serem repassados estão discriminados nos Anexos I e II do presente Plano de Trabalho.



Registrada no Serviço Social de Medicina do Estado como Instituição Filantrópica sob nº 1.044. No Conselho Nacional de Serviço Social do MEC sob nº 99.902

Santa Casa de Misericórdia de São Joaquim da Barra

CNPJ 59.849.182/0001-12 - Insc. Est. Isenta  
Rua Piratininga n.º 1221 - Caixa Postal, 03  
Fone: PABX (16) 3810-4000

**14.600.000 - São Joaquim da Barra - SP**

Registro ANS - 34509-1

Declarada de Utilidade Pública Estadual Lei de 21/12/1971. Declarada de Utilidade Pública Municipal Lei N.º 236 de 21/08/1956 CEAS 745 CAH 784.

## VII - Declaração

Na qualidade de representante legal da convenente, DECLARO, para fins de prova junto ao Município de São Joaquim da Barra/SP, para os efeitos e sob as penas da lei, que as despesas propostas neste plano atendem ao disposto na Lei N.º 8.666/1993, art. 3º, preservando as propostas mais vantajosas e os princípios básicos da legalidade e cumprir fielmente o ora proposto e que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com Município de São Joaquim da Barra/SP ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual e/ou Federal que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos do município.

São Joaquim da Barra, 13 de setembro de 2024.

**ANTONIO LUIS  
SOARES:550823  
86891**


Digitally signed by ANTONIO LUIS  
SOARES:55082386891  
DN: C=BR, OU=Presencial, OU=33974005000174,  
OU=AC SyngularID Multipla, O=ICP-Brasil, CN=  
ANTONIO LUIS SOARES:55082386891  
Reason: I am the author of this document  
Location:  
Date: 2024.09.13 10:39:24-03'00'  
Foxit PDF Reader Version: 2023.3.0

**Santa Casa de Misericórdia de São Joaquim da Barra**  
**Antônio Luis Soares**  
**Provedor**

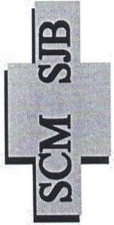
## VIII - Aprovação pelo Concedente

**APROVADO**

São Joaquim da Barra, 13 de setembro de 2024.

  
\_\_\_\_\_  
**Prefeito do Município de São Joaquim da Barra**  
**Wagner José Schmidt**

  
\_\_\_\_\_  
**Jorge Guilherme Kruger**  
**Diretor do Departamento Municipal de Saúde**



Registrada no Serviço Social de Medicina do Estado como  
Instituição Filantrópica sob nº 1.044. No Conselho Nacional de  
Serviço Social do MEC sob nº 99.902

Santa Casa de Misericórdia de São Joaquim da Barra  
CNPJ 59.849.182/0001-12 - Insc. Est. Isenta  
Rua Piratininga n.º 1221 - Caixa Postal, 03  
Fone: PABX (16) 3810-4000  
**14.600.000 - São Joaquim da Barra - SP**  
Registro ANS - 34509-1

Declarada de Utilidade Pública Estadual Lei de 21/12/1971.  
Declarada de Utilidade Pública Municipal Lei N.º 236 de  
21/08/1956 CEAS 745 CAH 784.

## ANEXO I

### VALORES A SEREM PAGOS PARA CADA ESPECIALIDADE DE HORA MÉDICA

| Especialidade       | Nº de Profissionais de até | Carga horária por dia de até | Quantidade de semanas por ano até / Quantidade de dias por semana até | Horas mensais por profissional de até | Total de horas anuais por profissional de até | Valor da hora (R\$) | Total de saldo horas anuais por especialidade até | Valor total anual por especialidade até (R\$) |
|---------------------|----------------------------|------------------------------|---|---------------------------------------|---|---------------------|---|---|
| Plantonista UPA     | 04                         | 12 horas                     | 52 / 7  | 364 horas                             | 4.368 horas                                   | 170,00              | 5.837,5   | 992.375,00                                    |
| Pediatra            | 02                         | 2 horas                      | 57 / 5  | 50 horas                              | 2.850 horas                                   | 190,00              | 5.236   | 994.840,00                                    |
| Psiquiatra          | 03                         | 2 horas                      | 57 / 5  | 50 horas                              | 2.850 horas                                   | 245,00              | 6.701   | 1.641.745,00                                  |
| Ginecologista       | 01                         | 2 horas                      | 57 / 5  | 50 horas                              | 2.850 horas                                   | 190,00              | 2.670   | 507.300,00                                    |
| <b>TOTAIS (R\$)</b> | <b>10</b>                  | <b>18 horas</b>              | <b>*</b>  | <b>514 horas</b>                      | <b>12.918 horas</b>                           | <b>795,00</b>       | <b>20.444,5</b>                                   | <b>4.136.260,00</b>                           |

Digitally signed by ANTONIO LUIS SOARES:55082386891  
DN: c=BR, OU=Presencial, OU=33974005000174, OU=AC  
SYNTHETID Multipla, O=ICP-Brasil, CN=ANTONIO LUIS  
SOARES:55082386891  
Reason: I am the author of this document  
Location:  
Date: 2024.09.13 16:58:32-03'00'  
Foxit PDF Reader Version: 2023.3.0

**ANTONIO LUIS  
SOARES:55082386891**





Registrada no Serviço Social de Medicina do Estado como  
Instituição Filantrópica sob nº 1.044. No Conselho Nacional de  
Serviço Social do MEC sob nº 99.902

Santa Casa de Misericórdia de São Joaquim da Barra  
CNPJ 59.849.182/0001-12 - Insc. Est. Isenta  
Rua Piratininga n.º 1221 - Caixa Postal, 03  
Fone: PABX (16) 3810-4000  
**14.600.000 - São Joaquim da Barra - SP**  
Registro ANS - 34509-1

Declarada de Utilidade Pública Estadual Lei de 21/12/1971.  
Declarada de Utilidade Pública Municipal Lei N.º 236 de  
21/08/1956 CEAS 745 CAH 784.

## ANEXO II

### CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

| Mês                | Ano  | Valor total máximo estimado (R\$) |
|--------------------|------|-----------------------------------|
| Setembro           | 2024 | 172.344,13                        |
| Outubro            | 2024 | 344.688,34                        |
| Novembro           | 2024 | 344.688,34                        |
| Dezembro           | 2024 | 344.688,34                        |
| Janeiro            | 2025 | 344.688,34                        |
| Fevereiro          | 2025 | 344.688,34                        |
| Março              | 2025 | 344.688,34                        |
| Abril              | 2025 | 344.688,34                        |
| Maiο               | 2025 | 344.688,34                        |
| Junho              | 2025 | 344.688,34                        |
| Julho              | 2025 | 344.688,34                        |
| Agosto             | 2025 | 344.688,34                        |
| Setembro           | 2025 | 172.344,13                        |
| <b>TOTAL (R\$)</b> |      | <b>4.136.260,00</b>               |

\*Os valores estabelecidos neste cronograma tratam-se de valores máximos a serem repassados pela Prefeitura Municipal, que variará de acordo com as solicitações formais, mediante Ofício, de necessidade de horas e especialidades médicas.

ANTONIO LUIS  
SOARES:5508238689

1

Digitally signed by ANTONIO LUIS SOARES:5508238689  
DN: c=BR, ou=Presencial, ou=33974005000174, ou=AC  
SyngularID Multipla, o=ICP-Brasil, cn=ANTONIO LUIS  
SOARES:5508238689  
Reason: I am the author of this document  
Location:  
Date: 2024.09.13 16:58:48-03'00'  
Foxit PDF Reader-Version: 2023.3.0